



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS



ÍTALO DE AZEVEDO SILVA

**A contrapelo: subvertendo o sentido de criminalização da luta dos atingidos construído pela
renova**

Mariana-MG

2025

ÍTALO DE AZEVEDO SILVA

**A contrapelo: subvertendo o sentido de criminalização da luta dos atingidos construído pela
renova**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Machado Saraiva

Mariana-MG

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586c Silva, Italo De Azevedo.

A Contrapelo da História [manuscrito]: subvertendo o sentido de criminalização da luta dos atingidos construído pela Renova. / Italo De Azevedo Silva. - 2025.

32 f.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Machado Saraiva.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Administração .

1. Fundação Renova. 2. Fundão, Barragem do (MG). 3. Memória coletiva. I. Saraiva, Carolina Machado. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 323.4(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário CRB6 1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ítalo de Azevedo Silva

A Contrapelo da História: Subvertendo o sentido de criminalização da luta dos atingidos construído pela Renova

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração.

Aprovada em 07 de abril de 2025.

Membros da banca

Doutora – Carolina Machado Saraiva - Orientador(a) – Universidade Federal de Ouro Preto

Doutora - Ana Cristina Miranda Rodrigues – Universidade Federal de Ouro Preto

Doutor - Fabio Viana de Moura – Universidade Federal de Ouro Preto

Carolina Machado Saraiva, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 10/04/2025



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Machado Saraiva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/04/2025, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Miranda Rodrigues, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/04/2025, às 21:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0889031** e o código CRC **A1122C98**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.004416/2025-51

SEI nº 0889031

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: (31)3557-3555 - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta etapa importante em minha trajetória, gostaria de expressar minha gratidão e homenagem a algumas pessoas que foram essenciais nessa trajetória:

À minha mãe, Silvania Vieira de Azevedo, por ser a pessoa que mais me incentivou a buscar meus sonhos. Pelo seu sacrifício diário para criar a mim e meus irmãos. Por todo seu esforço, incentivo, dedicação, apoio e exemplo.

Ao meu irmão mais velho, Igor Azevedo, que sempre fez por onde para que eu pudesse e conseguisse estudar.

Ao meu padrasto, Robson Vieira, que infelizmente nos deixou no meu primeiro período da graduação, ele que sempre me apoiou e esteve junto a mim.

Aos meus padrinhos, pelo incentivo constante aos estudos e por sempre acreditarem no meu potencial.

À professora Marizette, do CE Dr. Galdino do Valle Filho, e à professora Marise Ventura, do CE Dr. João Bazet, pelas bases que me deram, pelo estímulo intelectual e por acreditarem e me mostrarem que eu poderia ser mais.

Ao Pré-Vestibular Social São José, que me deu a oportunidade de preparação para prestar o vestibular e ingressar na universidade pública.

A minha namorada, Paloma Travasso, por sonhar esse sonho junto comigo, estar sempre junto a mim, pelo apoio incondicional e pela paciência durante os períodos mais intensos do curso.

A minha professora e orientadora, Carolina Machado Saraiva, por sua paciência no desenvolvimento do projeto, a compreensão nos momentos difíceis e delicados que passei. Suas atitudes, presteza, expertise e brilhantismo foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus amigos que estiveram juntos a mim nessa caminhada sempre me dando apoio, suporte e força.

Agradeço e parabeno também a mim mesmo, por todo esforço, empenho e sacrifício. Por não desistir, mesmo em meio a tantas adversidades, a distância, a ausência, o luto. Por fazer valer tudo aquilo que se propôs quando abriu mão do seu emprego e vaga na faculdade local para sair da zona de conforto e buscar mais.

Aos professores e todos os demais colaboradores e colegas da UFOP, que contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal.

A esse estado tão acolhedor chamado Minas Gerais, que me recebeu tão bem.

Agradeço também a Deus por possibilitar toda essa experiência, conhecer, conviver e aprender com todas essas pessoas e por me guiar e sustentar até aqui.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa jornada, meu mais sincero muito obrigado.

“A realidade está errada. Os sonhos são reais”.

(Tupac Shakur)

RESUMO

Este estudo analisa a atuação da Fundação Renova após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG (2015), utilizando o Método Crítico de Análise de Documentos (CMDA). A pesquisa expõe práticas de desinformação, omissão de dados sobre contaminação por metais pesados e marginalização das comunidades atingidas. A análise aponta para a banalização do desastre e a falta de responsabilização criminal, destacando a memória coletiva como resistência ao esquecimento. Conclui-se que a reparação efetiva exige transparência, justiça e participação ativa das vítimas.

Palavras-chave: Memória Coletiva; Fundação Renova; Barragem de Fundão

ABSTRACT

This study analyzes the performance of the Renova Foundation after the collapse of the Fundão dam in Mariana-MG (2015), using the Critical Method of Document Analysis (CMDA). The research exposes practices of misinformation, omission of data on heavy metal contamination, and marginalization of affected communities. The analysis points to the trivialization of the disaster and the lack of criminal accountability, highlighting collective memory as resistance to oblivion. It concludes that effective reparation requires transparency, justice, and active participation of the victims.

Keywords: Collective Memory; Renova Foundation; Fundão Dam.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 OBJETIVOS.....	11
2.1 Geral.....	11
2.2 Específicos	11
3 JUSTIFICATIVA.....	12
4 REVISÃO DE LITERATURA.....	13
4.1 A Teoria da Memória Segundo Adorno.....	13
4.2 A Teoria da Memória Segundo Michael Lowy.....	15
4.3 A Memória como Potência Crítica.....	15
5 A MEMÓRIA NOS ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO.....	17
5.1 Preservação e Transferência do Conhecimento.....	17
5.2 Memória e Identidade Corporativa.....	17
6 METODOLOGIA.....	19
7 ANÁLISE DE DADOS.....	21
7.1 Análise Crítica das Reportagens e Publicações.....	26
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

Em 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de Fundão, localizada no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana-MG, desencadeou a maior tragédia socioambiental da história do Brasil. O desastre liberou aproximadamente 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração, destruindo comunidades inteiras, contaminando rios e ceifando a vida de 19 pessoas (Quadros, 2019). Além da devastação ambiental, o episódio deixou um rastro profundo de perdas econômicas, sociais e culturais.

Nove anos depois, milhares de atingidos ainda aguardam reparação. De acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB (2023), 262 famílias permanecem sem previsão para receber suas novas moradias, enquanto a Fundação Renova, entidade criada para gerenciar a reparação, já descumpriu três acordos judiciais, nesse período, 55 pessoas faleceram antes de serem reassentadas, sendo assim tal cenário revela um prolongamento da injustiça e uma clara dificuldade de efetivar direitos.

A problemática central que orienta esta pesquisa é: como a Fundação Renova constrói narrativas que criminalizam ou deslegitimam a luta dos atingidos pelo desastre de Mariana? Essa questão se insere em um contexto de disputa simbólica e política pela memória do ocorrido, no qual as versões sobre os fatos influenciam diretamente a percepção pública e a possibilidade de justiça.

Segundo Gagnebin (2006), bem como Adorno e Horkheimer (1947), o esquecimento de tragédias e horrores cometidos em nome do progresso favorece sua repetição. Assim, o ato de lembrar deve ir além da recordação passiva, incorporando o reconhecimento do sofrimento e das responsabilidades. No caso da barragem de Fundão, lembrar implica também enfrentar narrativas oficiais que suavizam os impactos e minimizam as responsabilidades das empresas envolvidas.

Denúncias apontam que, cinco anos após o desastre, a Fundação Renova investiu milhões de reais em campanhas publicitárias com informações imprecisas, projetando uma imagem de normalidade que não condizia com laudos técnicos e estudos científicos (Brasil, 2024). Em 2021, ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal e outras instituições constatou que apenas 20% das reparações haviam sido concluídas e que os gastos com publicidade superavam os de programas essenciais de reparação (Negrisoli, 2021). Relatórios como o da Ramboll (2019) revelam, ainda, a persistência de metais pesados, como arsênio, chumbo e cádmio, em níveis alarmantes na bacia do Rio Doce, contrariando declarações da Fundação sobre a segurança da água.

Ao enfatizar a geração de empregos e a reconstrução física dos locais atingidos, a comunicação institucional contribui para certa —aceitação do desastre‖ (Schlosberg, 2013), desviando o foco dos danos socioambientais e humanos. Nesse processo, observa-se um fenômeno descrito como —Apartheid da Barragem‖ (Bullard, 1990; Universidade Federal de Minas Gerais, 2019; Ribeiro; Silva; Oliveira, 2021), caracterizado pela marginalização estrutural dos atingidos, restrição a direitos básicos e estigmatização social.

Portanto, este estudo parte do entendimento de que lembrar é um ato político e que a análise das estratégias comunicacionais da Fundação Renova é essencial para compreender como narrativas hegemônicas podem reforçar injustiças, silenciar vítimas e comprometer o direito à memória, à verdade e à reparação.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisar como a Renova, através de seus jornais e revistas, tem construído o sentido da luta dos atingidos pela queda da barragem de Fundão, a fim de resgatar a legitimidade da luta dos atingidos pela barragem de Fundão.

2.2 Específicos

- Levantar o material produzido pelas mídias da Renova, no que se refere à queda da barragem de Fundão, em especial, no tocante à luta dos atingidos;
- Analisar os sentidos discursivos presentes nas mídias da Renova sobre a luta dos atingidos pela queda da barragem de Fundão;
- Compreender como a memória sobre a luta dos atingidos pela barragem de Fundão está sendo construída nas mídias locais;
- Analisar os modelos não-convencionais de negócios jornalísticos.

3 JUSTIFICATIVA

A propagação de informação juntamente a detenção da narrativa é capaz de mudar o curso de toda uma história, bem como também subverter papéis. Ao observar o passado, há de se ter cautela com a história narrada justamente por não possuir total conhecimento acerca do ocorrido. Dessa forma, este estudo visa contribuir para o efetivo conhecimento da sociedade acerca das manifestações da Renova sobre as reparações do rompimento de Fundão e seus atingidos.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de compreender o impacto das ações de uma empresa sobre a esfera midiática, bem como o papel desempenhado pela sua mídia na construção de narrativas em torno desses eventos e os efeitos e consequências sobre os atingidos.

As razões para conduzir esta pesquisa são diversas e fundamentais para o entendimento mais amplo das dinâmicas sociais, econômicas e midiáticas contemporâneas. Entre elas, destaca-se o interesse social e público, uma vez que crimes corporativos têm repercussões significativas na sociedade, afetando não apenas as partes diretamente envolvidas, mas também o público em geral. Nesse sentido, compreender as representações midiáticas desses eventos é crucial para informar e envolver a população. Soma-se a isso a responsabilidade da mídia, que desempenha um papel determinante na formação da opinião pública e na disseminação de informações. Assim, investigar como a própria mídia institucional aborda e representa os atingidos no caso estudado torna-se essencial para avaliar a responsabilidade e a ética jornalística envolvidas.

4 REVISÃO DE LITERATURA

A presente revisão de literatura busca estabelecer as bases conceituais que fundamentam a análise proposta, com ênfase na memória como categoria central para a compreensão crítica dos processos históricos e sociais. Para tanto, o capítulo está dividido em três partes. A primeira seção aborda a teoria da memória segundo Theodor Adorno, ressaltando sua concepção de memória como resistência ao esquecimento e como forma de enfrentamento ao conformismo social. Em seguida, apresenta-se a contribuição de Michael Löwy, cuja perspectiva enfatiza a memória ligada às lutas sociais e às possibilidades de emancipação. Por fim, a última seção discute a memória como potência crítica, articulando os elementos anteriores e destacando seu papel transformador na construção de narrativas contra-hegemônicas e no resgate de vozes silenciadas pela história oficial.

4.1 A Teoria da Memória Segundo Adorno

A memória ocupa um papel central na construção da identidade individual e coletiva, funcionando como elo entre passado e presente. No campo da teoria crítica, Theodor W. Adorno (1903-1969) desenvolveu uma abordagem singular para compreender a memória, enfatizando sua dimensão política, ética e crítica. Em sua visão, recordar não é apenas um ato de preservação, mas uma prática ativa, que exige constante reflexão e elaboração para evitar a repetição de horrores históricos.

Adorno (1959) aborda o tema de forma direta em seu ensaio —O que significa elaborar o passado? (*Was bedeutet: Aufarbeitung der Vergangenheit?*, 1959). Nele, o filósofo afirma que a verdadeira elaboração do passado não se limita à lembrança factual de acontecimentos, mas requer um engajamento crítico capaz de transformar a consciência histórica. —Elaborar o passado não significa simplesmente conhecê-lo, mas trabalhá-lo ativamente, de modo a superar suas consequências mais nocivas (Adorno, 1959, p. 33). Esse trabalho implica compreender que as condições que permitiram tragédias históricas, como o nazismo, não desapareceram automaticamente com o fim dos eventos, podendo se manifestar novamente em novas formas.

A concepção adorniana da memória é essencialmente dialética. O passado, para ele, não é uma entidade fixa, encerrada em um ponto remoto do tempo; é um campo vivo, que deve ser reinterpretado à luz das transformações sociais e políticas do presente. Adorno (1959) alerta para o risco do esquecimento e da banalização, afirmando que —o perigo não é

apenas que o horror possa ser esquecido, mas que possa se tornar corriqueiro (p. 37). Esse esquecimento, ou a indiferença diante de crimes históricos, cria um terreno fértil para a repetição de atrocidades.

Outro ponto central em sua teoria é a crítica à indústria cultural, conceito desenvolvido por Adorno e Horkheimer (1947) em *Dialética do Esclarecimento*. Para Adorno, as formas de produção cultural voltadas ao consumo de massa tendem a homogeneizar narrativas históricas, reduzindo a singularidade de eventos traumáticos e transformando-os em produtos superficiais. Ao fazer isso, a indústria cultural enfraquece o potencial crítico da memória, substituindo a reflexão pela espetacularização. —O perigo reside na assimilação do passado ao entretenimento, fazendo com que se perca seu poder de advertência (Adorno, 1959, p. 40).

No contexto específico da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, Adorno (1959) sustenta que a memória não deve se limitar à comemoração ritualizada. Ele critica o que chama de —lembrança institucionalizada, que, segundo ele, muitas vezes serve mais para pacificar a consciência coletiva do que para questionar as estruturas de poder e as condições sociais que tornaram possível o genocídio. Para o filósofo, a função da memória é preservar o sofrimento das vítimas como elemento central da narrativa, não permitindo que sua história seja diluída em discursos conciliadores.

A memória, nessa perspectiva, é inseparável de um compromisso ético com a verdade e com a justiça. Adorno (1966), em suas conferências sobre educação após Auschwitz, reforça que —a exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas as que se devem impor à educação (p. 92). Esse princípio implica que lembrar não é um ato neutro: é um gesto político, voltado para a transformação social e para a prevenção de novas formas de barbárie.

Assim, a teoria da memória segundo Adorno articula três dimensões fundamentais:

1. **A crítica ao esquecimento** – que vê como um mecanismo de reprodução da injustiça e do autoritarismo.
2. **A denúncia da banalização do passado** – especialmente através da indústria cultural e de narrativas oficiais que neutralizam o caráter disruptivo da história.
3. **O caráter ativo e transformador da lembrança** – que deve servir de instrumento para a construção de uma sociedade mais consciente e menos propensa a repetir seus erros.

Portanto, Adorno defende que a memória é uma forma de resistência. É um —lembrar ativo, que não apenas registra o que aconteceu, mas busca compreender as causas e impedir a

repetição. Ao destacar que a educação, a política e a cultura devem incorporar a lembrança crítica como princípio estruturante, Adorno oferece um referencial que continua atual para pensar as disputas de memória no século XXI. Seu pensamento alerta que esquecer não é apenas um risco histórico, mas uma ameaça concreta à democracia e à dignidade humana.

4.2 A Teoria da Memória Segundo Michael Lowy

Michael Lowy, sociólogo e filósofo, propõe uma perspectiva complementar à de Adorno sobre a memória. Na obra "A Imaginação Sociológica e o Fim da História", Lowy explora a memória como um elemento dinâmico na construção da identidade social e na formação da consciência crítica (Lowy, 2001). Para Lowy, a memória não é um simples arquivo de eventos passados, mas um processo ativo que molda a forma como as sociedades interpretam e agem no presente.

O autor enfatiza que a memória coletiva é crucial para a construção da identidade social e para a crítica das estruturas de poder. A memória deve ser compreendida como um processo contínuo de seleção e de interpretação dos eventos passados, influenciando a percepção coletiva e as ações sociais. Dessa forma, a memória crítica permite uma reflexão mais profunda e uma análise das condições sociais e históricas (Lowy, 2001).

4.3 A Memória como Potência Crítica

A partir da teoria adorniana, a memória pode ser compreendida não só como um instrumento de preservação do passado, mas também como uma força crítica que desafia as formas hegemônicas de poder e dominação. Neste sentido, a memória representa um ato de resistência. Ela possibilita que indivíduos e coletividades mantenham vivas as experiências de opressão e de luta, funcionando como um contrapeso à tendência da sociedade moderna de esquecer ou distorcer o passado.

A memória crítica se opõe à tendência de —semiformação‖ (Halbbildung), descrita por Adorno, onde o conhecimento é reduzido a informações fragmentadas e descontextualizadas, desprovidas de sua potência transformadora (Adorno, 1962). Ao resistir à semiformação, a memória crítica sustenta uma reflexão profunda sobre as condições que geraram injustiças, promovendo uma consciência histórica que é fundamental para a emancipação social.

No contexto organizacional, a memória pode desempenhar um papel considerável na formação crítica de administradores, permitindo que práticas e valores organizacionais sejam

constantemente revisados à luz das experiências históricas (Saraiva, 2016). Ao adotar uma abordagem crítica da memória, as organizações têm a oportunidade de evitar a reincidência de erros passados e de desenvolver práticas mais éticas e sustentáveis.

Portanto, a memória crítica é vital para a manutenção de uma sociedade que não apenas reconhece seu passado, mas que também é capaz de aprender com ele, evitando a reprodução de estruturas de poder opressivas. Ao enfatizar a importância da memória, Adorno e outros teóricos críticos destacam a necessidade de uma vigilância contínua contra as formas de dominação que tendem a apagar ou distorcer as lembranças dos oprimidos.

A teoria da memória de Adorno oferece uma compreensão profunda e complexa do papel da memória na sociedade contemporânea. Longe de ser apenas um depósito de fatos passados, a memória é vista como um processo ativo e crítico, com o potencial de desafiar e transformar as estruturas sociais. Enquanto potência crítica, a memória pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, em que o passado não é apenas recordado, mas utilizado como um recurso fundamental para a emancipação e transformação social.

Michael Lowy, por sua vez, contribui para a discussão sobre a memória com um cenário que reforça sua função crítica na formação da consciência social. Em sua obra "A Imaginação Sociológica e o Fim da História" (2001), Lowy analisa a memória como um elemento ativo na construção da identidade social e na crítica das estruturas de poder. Para Lowy, a memória coletiva é um processo dinâmico que molda a forma como as sociedades interpretam e respondem ao presente.

O autor argumenta que a memória é essencial para a crítica das narrativas dominantes e das estruturas de poder que perpetuam a opressão. A memória coletiva não é apenas uma recordação passiva, mas sim um processo de seleção e de interpretação que influencia a percepção social e as ações políticas. A memória crítica, portanto, desempenha um papel fundamental na resistência contra a dominação e na promoção de uma consciência social que desafie as desigualdades e injustiças (Lowy, 2001).

A memória como potência crítica, conforme debatido por Lowy, permite que indivíduos e coletividades mantenham vivas suas experiências de opressão e luta. Esse processo crítico é fundamental para a construção de uma narrativa histórica que evidencie as verdadeiras experiências dos oprimidos e proporciona uma análise mais profunda das condições sociais e históricas. Desse modo, a memória não apenas preserva o passado, mas também desafia as estruturas existentes e busca alternativas para a transformação social (Lowy, 2001).

5 A MEMÓRIA NOS ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO

A memória representa um papel fundamental nos estudos de administração, moldando práticas organizacionais, influenciando a identidade corporativa e servindo como uma força crítica para a transformação organizacional. A teoria da memória, conforme discutida por Theodor W. Adorno e Michael Lowy, proporcionam uma perspectiva valiosa sobre como a memória pode ser utilizada não apenas para preservar o passado, mas também como um mecanismo de resistência e crítica contra as narrativas dominantes e estruturas de poder.

No ambiente organizacional, a memória é frequentemente entendida como a capacidade de uma organização de preservar e utilizar o conhecimento adquirido ao longo do tempo. A gestão da memória organizacional é essencial para assegurar que informações críticas sobre práticas, processos e decisões passadas sejam armazenadas e acessíveis para influenciar futuras decisões (Hedberg, 1981).

5.1 Preservação e Transferência do Conhecimento

A memória organizacional envolve a documentação e a propagação de conhecimento, que pode ser vital para a continuidade e adaptação estratégica de uma organização. Ferramentas como bancos de dados, relatórios e práticas de gestão do conhecimento, são amplamente utilizadas para garantir que o conhecimento crítico não se perca com a rotatividade de funcionários, o tempo e as mudanças estruturais. A preservação desse conhecimento é crucial para evitar a repetição de erros passados e para promover uma adaptação contínua aos novos contextos (Hedberg, 1981).

Adorno (1959) disserta que a memória deve ser uma prática ativa e crítica, não apenas uma simples recordação passiva. Essa abordagem crítica pode ser aplicada no contexto organizacional por meio da revisão e do questionamento das práticas estabelecidas e decisões passadas. A memória crítica permite que as organizações revisitem e renovem suas estratégias e políticas, baseado em uma análise mais profunda dos sucessos e fracassos anteriores. Isso possibilita uma cultura de aprendizado contínuo e adaptação, essencial para a inovação e melhoria contínua (Adorno, 1959).

5.2 Memória e Identidade Corporativa

A identidade corporativa é moldada pela memória organizacional, que ajuda a construir e manter uma narrativa sobre o passado da empresa. As histórias e narrativas sobre a

fundação da empresa, casos de sucesso e superação de desafios desempenham um papel importante na construção da identidade e imagem pública da organização (Gioia; Schultz; Corley, 2000).

As organizações frequentemente utilizam as histórias passadas para construir e manter uma identidade corporativa coesa. As narrativas sobre a trajetória da empresa, seus valores e realizações contribuem para definir sua missão e visão, influenciando a percepção interna e externa (Gioia; Schultz; Corley, 2000). Essas narrativas contribuem na construção de uma identidade organizacional que ressoa com stakeholders e clientes, ajudando a solidificar a posição da empresa no mercado.

A memória crítica também é fundamental para a formação de práticas organizacionais éticas e sustentáveis. Ao rever e aprender com o passado, as organizações conseguem evitar a repetição de erros e desenvolver políticas e práticas que promovam uma abordagem mais responsável e equitativa. Isso é especialmente relevante em contextos onde a responsabilidade social corporativa e a sustentabilidade são prioridades (Saraiva, 2016). Dessa forma, a memória crítica pode contribuir para a construção de uma organização mais justa e responsável, capaz de enfrentar e corrigir injustiças passadas e presentes.

6 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva, voltada para a compreensão crítica do processo de criminalização da luta dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, e da narrativa construída pela Fundação Renova nesse contexto. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de analisar fenômenos sociais em sua complexidade, considerando aspectos históricos, políticos, discursivos e simbólicos que não podem ser mensurados exclusivamente por dados quantitativos.

O estudo caracteriza-se como descritivo, pois busca registrar, analisar e interpretar a realidade investigada (Gil, 2008), evidenciando como se estruturam as estratégias discursivas e jurídicas que contribuem para a estigmatização e deslegitimação das mobilizações dos atingidos (Bourdieu, 1989). Para tanto, recorre-se a referenciais teóricos que dialogam com os campos da sociologia, dos direitos humanos, da criminologia crítica e dos estudos sobre conflitos socioambientais.

Neste contexto, a análise será conduzida com base no Método Crítico de Análise de Documentos e Ações (CMDA), o qual propõe uma leitura atenta e reflexiva de registros documentais e práticas institucionais, articulando-os às dinâmicas de poder, silenciamento e resistência. O CMDA permite problematizar os sentidos construídos nos discursos e ações de agentes estatais e privados, enfatizando os efeitos simbólicos e materiais dessas construções sobre os sujeitos atingidos. Trata-se de uma metodologia comprometida com a desnaturalização das narrativas hegemônicas, possibilitando a emergência de vozes historicamente marginalizadas e a crítica aos mecanismos de dominação presentes no campo socioambiental.

A coleta de dados será realizada por meio de pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental incluirá a análise, processos judiciais, relatórios institucionais, notas da imprensa e publicações oficiais da Fundação Renova, bem como registros produzidos por movimentos sociais, associações de atingidos e organizações de apoio. Já a pesquisa bibliográfica abrangerá livros, artigos científicos, dissertações, teses e outros trabalhos acadêmicos que abordem a temática dos desastres socioambientais, da criminalização de movimentos sociais e das relações de poder no contexto pós-rompimento.

A análise dos dados será orientada pela técnica da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), buscando identificar categorias, padrões e contradições no discurso institucional e nas respostas sociais. O enfoque —acontrapelo— implica tensionar as

narrativas hegemônicas, confrontando-as com os relatos e percepções das próprias comunidades atingidas, de modo a dar visibilidade às vozes historicamente silenciadas.

Assim, esta metodologia pretende não apenas descrever e sistematizar as informações, mas também problematizar o sentido atribuído às ações de resistência, contribuindo para o debate acadêmico e social sobre justiça, memória e reparação no caso de Mariana-MG.

7 ANÁLISE DE DADOS

Este estudo utiliza o Método Crítico de Análise de Documentos (CMDA). O Método Crítico de Análise de Documentos (CMDA), proposto por Nicole Sankofa, é uma abordagem qualitativa que examina textos, discursos e materiais institucionais para desvendar relações de poder, ideologias e contradições implícitas. No contexto desta pesquisa, o CMDA foi aplicado para analisar campanhas da Fundação Renova, sentenças judiciais e relatórios técnicos, identificando estratégias de desinformação, omissão de dados e manipulação narrativa. O método combina análise linguística, contextualização histórica e crítica ideológica, permitindo expor como as narrativas oficiais marginalizam as vozes dos atingidos e distorcem a memória do desastre. Essa ferramenta é essencial para estudos que buscam confrontar discursos hegemônicos e promover justiça socioambiental.

Dessa forma, o método será aplicado para investigar como a Fundação Renova construiu suas narrativas e práticas administrativas após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). O foco é a sentença da Justiça Federal da 6ª Região, que condenou a Fundação por desinformação e outras violações relacionadas à reparação dos danos. A análise busca compreender o impacto dessas ações nas comunidades atingidas e como o desastre é lembrado coletivamente, considerando o período de 2015 a 2024, abrangendo desde o momento imediato ao desastre até as decisões judiciais mais recentes.

A escolha desse recorte temporal justifica-se pela necessidade de contemplar todo o ciclo de produção e circulação das narrativas institucionais, bem como as respostas jurídicas e sociais desencadeadas ao longo do tempo. O ano de 2015 marca o início da crise, momento em que ocorreram as primeiras medidas emergenciais e o estabelecimento da Fundação Renova. Já os anos subsequentes revelam um processo contínuo de disputas discursivas, ajustes administrativos, acordos judiciais descumpridos e ações de comunicação voltadas à reconstrução da imagem institucional. Por sua vez, 2024 representa um marco final provisório, permitindo incluir na análise as consequências jurídicas mais recentes, assim como as percepções atuais das comunidades atingidas, oferecendo um panorama atualizado sobre como as memórias e os conflitos ainda permanecem ativos.

A sentença judicial é um marco imprescindível no processo de responsabilização da Fundação Renova e de suas mantenedoras — Samarco, Vale e BHP Billiton. Ela evidencia que as campanhas publicitárias da Fundação Renova, como "A Reparação até Aqui" e "Expedição Rio Doce", foram deliberadamente construídas para criar uma percepção pública de que havia progresso na reparação, enquanto omitiam informações cruciais e contradiziam

estudos independentes sobre os impactos ambientais e sociais do desastre. Segundo a sentença, essas campanhas configuram "um desvio de finalidade" uma vez que priorizam a autopromoção das empresas envolvidas em detrimento da transparência e do respeito às comunidades atingidas (Brasil, 2024).

A decisão judicial determina a cessação imediata das campanhas e exige a divulgação de informações verdadeiras e de maneira acessível, sobre a toxicidade dos rejeitos e os riscos à saúde relacionados à qualidade da água. Além disso, impõe à Fundação Renova a realização de campanhas de contrapropaganda, que demonstre os danos reais e forneçam dados respaldados por estudos técnicos independentes. Essas medidas visam combater a desinformação e promover o acesso à informação como um direito fundamental, reforçando princípios estabelecidos nos Termos de Ajustamento de Conduta (TTAC e TAC-Gov) (Brasil, 2024).

No âmbito do CMDA, a contextualização das campanhas publicitárias revela que elas foram produzidas em um cenário de alta pressão institucional e social. Após o desastre de 2015, a Fundação Renova foi criada como um aparato de reparação coordenado pelas empresas responsáveis pelo rompimento da barragem. No entanto, sua estrutura administrativa e financeira sempre esteve diretamente subordinada a essas empresas, comprometendo completamente sua independência e autonomia (Freitas, 2018). Esse contexto é fundamental para entender como as narrativas institucionais da Fundação, foram moldadas para minimizar os danos e transferir a atenção pública das falhas estruturais do processo de reparação, para ações pontuais e tecnocráticas.

A análise do conteúdo das campanhas publicitárias da Fundação Renova, realizada com base no CMDA, revela um esforço narrativo que busca moldar a percepção pública do desastre e do processo de reparação. A Fundação emprega uma abordagem centrada em aspectos tecnocráticos e operacionais, destacando soluções pontuais como avanços significativos, enquanto negligencia ou omite as dimensões humanas, sociais e culturais do desastre. Essa escolha não é acidental; pelo contrário, é uma estratégia discursiva deliberada que reflete os interesses corporativos das empresas mantenedoras. O juiz federal Vinícius Cobucci apontou que as campanhas publicitárias da Fundação criaram uma "narrativa fantasiosa" sobre o processo de reparação, promovendo desinformação e minimizando os impactos do desastre. Essas ações foram caracterizadas como um desvio de finalidade, demonstrando que os interesses corporativos se sobrepunham às reais necessidades de reparação ambiental e social (Brasil, 2024).

Um dos elementos centrais das campanhas é a utilização de uma linguagem otimista e

neutra, marcada por termos como "sustentabilidade", "compromisso", "restauração" e "progresso". Essas expressões, frequentemente associadas a métricas superficiais — como número de famílias reassentadas ou áreas monitoradas —, criam uma narrativa que desvia o foco dos problemas estruturais e das falhas na implementação das ações de reparação. Por exemplo, enquanto as campanhas afirmam avanços significativos no tratamento da água do Rio Doce, estudos técnicos independentes indicam que a presença de metais pesados em níveis alarmantes compromete a segurança hídrica em diversas áreas (Lactec, 2018). Essa contradição evidencia a omissão deliberada de informações críticas, que configuram uma prática de desinformação, conforme apontado pela decisão judicial.

Ademais, a análise do conteúdo destaca uma narrativa tecnocrática, que prioriza soluções técnicas em detrimento da inclusão das experiências, conhecimentos, vivências e vozes das comunidades atingidas. A Fundação Renova apresenta os problemas como desafios técnicos a serem resolvidos com tecnologia e investimento financeiro, desprezando os impactos intangíveis e as desigualdades sociais agravadas pelo desastre. Essa postura alinha-se ao que Adorno (1947) denominou de "racionalidade instrumental", em que o foco exclusivo nos meios técnicos obscurece os fins sociais e éticos. Essa abordagem é caracterizada pelo foco em resultados mensuráveis e utilitários, o que muitas vezes desconsidera valores humanos, culturais ou morais.

A ausência de vozes das comunidades nos materiais publicitários também é emblemática. As campanhas da Fundação Renova são construídas de forma unilateral, ignorando as demandas e os relatos das vítimas. Essa exclusão além de marginalizar as comunidades no processo de reparação, também perpetua um apagamento simbólico de suas memórias e experiências. Conforme Gagnebin (2006), a memória coletiva é uma construção social que demanda a inclusão de múltiplas perspectivas para ser fiel aos fatos. No entanto, ao centralizar sua narrativa na eficiência técnica, a Fundação desconsidera as histórias dos atingidos, consolidando uma memória institucional que favorece as empresas envolvidas.

A manipulação da percepção pública é outro ponto relevante. As campanhas utilizam imagens e metáforas visuais que enfatizam o progresso e a renovação, mas omitem as condições precárias enfrentadas por muitas comunidades, como reassentamentos atrasados, falta de infraestrutura adequada e insegurança alimentar. Essa abordagem cria uma dissonância entre a narrativa institucional e a realidade vivida pelos atingidos, reforçando a desconfiança pública e a percepção de que a Fundação atua mais como uma ferramenta de relações públicas, do que como uma entidade comprometida com a justiça reparatória.

Outro aspecto relevante é a desproporcionalidade na alocação de recursos de

marketing em comparação às ações de reparação efetiva. A decisão judicial revelou que a Fundação Renova investiu mais em publicidade do que em iniciativas essenciais, como o reassentamento das comunidades desalojadas (Brasil, 2024). Esse investimento massivo em publicidade, voltado para promover uma imagem positiva da entidade e de suas mantenedoras, contradiz os princípios de transparência e clareza exigidos pelo TTAC.

Essa priorização reflete uma escolha estratégica que coloca a preservação da imagem corporativa acima das necessidades das comunidades, reforçando o desvio de finalidade apontado na sentença.

A escolha de ignorar dados críticos, como os índices persistentes de contaminação por metais pesados, também reflete o uso seletivo da informação como uma ferramenta de controle narrativo. Essa prática não só prejudica o direito à informação, mas também compromete o acesso das comunidades atingidas a dados confiáveis para tomarem decisões informadas sobre suas condições de vida e segurança. Lowy (2001) aponta que a memória coletiva deve ser construída a partir da verdade e do enfrentamento das injustiças, e não moldada para beneficiar interesses corporativos.

Assim, a análise de conteúdo das campanhas da Fundação Renova, à luz do CMDA, revela uma narrativa institucional construída para priorizar a autopromoção das empresas responsáveis pelo desastre. Essa narrativa, ao enfatizar avanços técnicos e omitir as falhas estruturais e os impactos humanos, configura uma forma de silenciamento que perpetua desigualdades e dificulta a construção de uma reparação efetiva e inclusiva. A sentença judicial, ao exigir a divulgação de informações transparentes e a realização de contrapropaganda, representa um marco importante na tentativa de reverter essas práticas e promover uma narrativa mais justa e alinhada às demandas das comunidades atingidas.

A crítica ideológica, uma dimensão central do CMDA, destaca que as campanhas da Fundação Renova refletem valores e interesses corporativos que priorizam a imagem das empresas mantenedoras sobre as necessidades das comunidades atingidas. Essa priorização é visível na alocação desproporcional de recursos para publicidade, em detrimento de programas essenciais de reparação. A decisão judicial enfatiza que a Fundação destinou mais recursos para autopromoção do que para ações fundamentais, como o reassentamento de famílias desalojadas (Brasil, 2024). Essa prática não apenas desvirtua os objetivos da Fundação, mas também reforça desigualdades estruturais ao marginalizar as demandas legítimas das vítimas (Lowy, 2001).

Ao comparar as campanhas institucionais com documentos independentes e relatos das comunidades, evidencia-se uma disparidade significativa entre a narrativa oficial e a realidade

vivida. Por exemplo, enquanto as campanhas destacam números sobre famílias reassentadas, relatórios judiciais e relatos de atingidos ressaltam atrasos, promessas não cumpridas e condições inadequadas nos novos assentamentos (Santos; Milanez; Losekann, 2020). O caso do reassentamento das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo é emblemático: anos após o desastre, muitas famílias continuam sem moradias adequadas, enfrentando insegurança habitacional e dificuldades para reconstruir suas vidas. Essa desconexão reforça a percepção de que a Fundação Renova busca mais proteger sua imagem e a das empresas mantenedoras, do que atender às necessidades reais das comunidades.

Outro ponto crucial para essa análise é a fragmentação das responsabilidades pela reparação, evidenciada pela prática de terceirização adotada pela Fundação Renova. A sentença judicial critica severamente esse modelo, que delega etapas críticas do processo a diversas empresas contratadas, resultando em uma governança descoordenada e ineficiente. Essa prática dilui a accountability e dificulta a supervisão das ações realizadas, criando um ambiente de opacidade que contrasta com os princípios de transparência preconizados no TTAC. A fragmentação, longe de ser meramente operacional, reflete uma estratégia administrativa que enfraquece o controle social e reduz a capacidade das comunidades atingidas de acessar reparações integrais e eficazes.

A reflexão crítica conduzida por meio do CMDA também evidencia o papel das campanhas da Fundação na normalização do desastre. Ao enfatizar ações tecnológicas e avanços pontuais, essas campanhas criam uma percepção pública de que o desastre está sendo resolvido, desmobilizando pressões sociais por mudanças estruturais e políticas (Adorno, 1947). Essa estratégia é especialmente prejudicial no contexto das comunidades atingidas, que continuam lutando por reconhecimento e reparação integral. A decisão judicial, ao expor as falhas e inconsistências das campanhas, cumpre um papel essencial na resistência a essa normalização, reafirmando a necessidade de enfrentar os danos de maneira honesta e pública (Brasil, 2024).

Por fim, a sentença judicial destaca a manipulação da memória coletiva como uma das estratégias centrais da Fundação Renova. Ao moldar a percepção pública do desastre, as campanhas contribuem para o apagamento das experiências das vítimas e para a construção de uma memória institucional que favorece as empresas envolvidas (Gagnebin, 2006). A memória coletiva é um espaço de disputa, onde a omissão e a distorção de fatos históricos configuram formas de poder que perpetuam desigualdades e silenciam vozes tidas como subalternas. Nesse sentido, a decisão judicial não apenas impõe sanções à Fundação Renova, mas também abre caminho para a reconstrução de uma memória crítica e inclusiva, capaz de

reconhecer plenamente os direitos e as demandas das comunidades atingidas.

Esses aspectos apontam para uma questão central: a reparação, para ser efetiva, não pode ser concebida apenas como um processo técnico ou administrativo. Ela necessariamente deve incorporar a participação ativa das comunidades atingidas e respeitar as suas memórias e experiências. Sem isso, as ações da Fundação Renova continuarão a ser vistas como insuficientes, perpetuando desigualdades estruturais e frustrando as expectativas de justiça. Assim, a sentença judicial representa não apenas uma resposta jurídica a práticas inadequadas, mas também um chamado à transformação estrutural e ética na abordagem de desastres socioambientais no Brasil.

7.1 Análise Crítica das Reportagens e Publicações

A desinformação disseminada pela Fundação Renova sobre a toxicidade dos resíduos da barragem de Fundão representa um dos pontos mais críticos da manipulação informativa encontrada no processo de reparação. Uma sentença judicial determinou que a Fundação pagasse R\$56 milhões por publicidade ilegal, confirmando que suas campanhas minimizaram os danos causados pelo desastre. As propagandas afirmavam que a água do Rio Doce era segura, ignorando a presença de metais pesados, e isso coloca em risco as comunidades que confiaram nas informações sem ter acesso a dados técnicos independentes.

Um relatório técnico da consultoria Ramboll, encomendado pelo Ministério Público Federal, mostra que a Fundação subestimou a contaminação da água e do solo. Mesmo anos depois do desastre, ainda há altos níveis de metais pesados como arsênio, chumbo e cádmio na bacia do Rio Doce (Brasil, 2021). Esses elementos são muito tóxicos e podem causar danos à saúde humana e ao meio ambiente. No entanto, as campanhas da Fundação continuaram dizendo que a água era segura após o tratamento, sem considerar os riscos dos metais se acumulando nos organismos aquáticos e afetando a cadeia alimentar.

A falta de informações sobre a contaminação em Mariana e Barra Longa também foi uma falha grave do governo de Minas Gerais e da Fundação Renova. Em 2019, estudos já indicavam a presença de metais na poeira das casas e no solo, o que afetava a saúde da população. Mas essas informações foram ocultadas, impedindo que os moradores tomassem as precauções necessárias. Isso é uma violação do direito à informação e mostra a falta de transparência sobre os impactos do desastre.

Uma reportagem da revista *Veja* (2020) revelou um estudo da Fiocruz e da UFRJ apontando que crianças em Brumadinho estavam expostas a metais pesados, como manganês,

arsênio e chumbo, encontrados em 100% das amostras de urina. Isso mostra que a exposição a essas substâncias continua afetando a saúde pública na região. A publicação que compartilhou esse estudo é de perfis como Minas Ninja, Climax Now e Mídia Ninja, que são conhecidos por dar visibilidade a assuntos negligenciados pela mídia tradicional. Esses perfis têm sido essenciais para denunciar crimes ambientais e amplificar as vozes das comunidades afetadas.

A publicação também destaca um padrão das mineradoras envolvidas nos desastres: a negação ou minimização dos danos causados. A Vale, por exemplo, disse que suas análises não encontraram níveis perigosos de elementos tóxicos. Essa abordagem é parecida com a adotada pela Fundação Renova após o rompimento da barragem de Mariana, quando dados independentes eram frequentemente ignorados pelas empresas. Isso gera confusão na população e dificulta que ela reivindique seus direitos e proteção.

A Fundação Renova tem distorcido informações sobre a toxicidade dos rejeitos, o que é uma tentativa de desinformar a população e minimizar os danos do desastre. Essa atitude foi condenada judicialmente e reforça a importância de mais transparência na divulgação de dados ambientais e sanitários, além de uma fiscalização rigorosa das campanhas publicitárias das empresas envolvidas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A queda da barragem de Fundão, ocorrida em 2015, em Mariana (MG), não se limitou a um desastre ambiental de proporções alarmantes. Mais do que a destruição física da paisagem, essa tragédia desestruturou comunidades inteiras, desfez laços, destruiu famílias, impactou a economia local e comprometeu modos de vida que dificilmente serão restaurados. As vítimas, além de perderem suas casas e terras, tiveram que lidar com promessas de reparação que, ao longo dos anos, se mostraram inconsistentes e ineficazes. Apesar da gravidade dos danos, até hoje, nenhuma pessoa foi criminalmente responsabilizada, alimentando um sentimento de injustiça que persiste entre aqueles que tiveram suas vidas transformadas de maneira irreversível.

A atuação da Fundação Renova, criada com o objetivo de administrar a reparação dos impactos, apresenta contradições que comprometem sua credibilidade. A análise de seus discursos institucionais, feita a partir do Método Crítico de Análise de Documentos (CMDA), evidencia a construção de uma narrativa voltada à proteção da imagem das empresas envolvidas, em detrimento da transparência e da escuta ativa das comunidades atingidas. Suas campanhas publicitárias frequentemente (que receberam mais recurso financeiro do que a reparação dos atingidos) projetam um cenário de progresso, ocultando e distorcendo informações, como a demora na reestruturação habitacional e a persistente contaminação dos rios. Essa abordagem seletiva contribui para a desinformação e reduz a capacidade dos atingidos de exigir seus direitos, dificultando a implementação de políticas eficazes de reparação.

A disputa pela memória desse desastre pode ser compreendida a partir das reflexões de Adorno e Löwy. Para Adorno, a preservação da lembrança de eventos traumáticos deve ocorrer de maneira crítica, impedindo que crimes do passado sejam relativizados ou esquecidos. Löwy reforça a ideia de que a memória é um campo de disputa constante, onde diferentes interesses buscam legitimidade. No caso de Mariana, há uma tentativa deliberada de minimizar os impactos do rompimento da barragem, seja pela omissão de dados científicos sobre a toxicidade dos rejeitos, seja pela criação de discursos que sugerem avanços no processo de recuperação, quando, na realidade, as dificuldades enfrentadas pelas comunidades permanecem severas.

A condenação da Fundação Renova por desinformação e propaganda enganosa representa um avanço na busca por justiça, mas, isoladamente, não é suficiente para reverter os danos causados. Mais do que a responsabilização jurídica, a reparação exige um

compromisso real com a participação dos atingidos e com a garantia de que suas demandas sejam tratadas com prioridade. Gagnebin destaca que preservar a memória das vítimas é um ato essencial para evitar que tragédias semelhantes se repitam. Mais do que recordar, é necessário reconhecer e agir para que esses episódios não caiam no esquecimento nem sejam distorcidos por narrativas que favorecem aqueles que os provocaram.

Com o acúmulo de falhas na condução das ações reparatórias, cresce o debate sobre a pertinência da continuidade da Fundação Renova. Sua dissolução pode ser um passo necessário para estabelecer um modelo mais transparente e independente, que de fato priorize as necessidades das comunidades atingidas. Enquanto a entidade permanecer sob a influência das mineradoras responsáveis pela queda da barragem, sua credibilidade seguirá como algo questionável e controverso. A criação de um novo arranjo institucional, que contemple mecanismos efetivos de controle social e maior participação popular, pode ser determinante para um processo de reparação que enfim seja legítimo e equitativo.

O desastre de Mariana expõe fragilidades estruturais na regulamentação da mineração e na proteção de territórios vulneráveis. Mais do que buscar culpados, é fundamental promover mudanças que impeçam que tragédias dessa magnitude se repitam. A preservação da memória das vítimas não pode ser apenas um gesto formal; deve ser um compromisso contínuo que impulsione transformações reais na gestão de riscos ambientais, na governança corporativa e na garantia dos direitos humanos.

Reconhece-se, contudo, que esta pesquisa possui limitações inerentes à natureza qualitativa da análise e à dependência de documentos públicos e institucionais para a construção do estudo. A ausência de entrevistas com atingidos ou representantes da Fundação Renova, por exemplo, restringe a pluralidade de vozes diretamente envolvidas no processo de reparação. Diante disso, sugere-se que futuras pesquisas ampliem o escopo empírico por meio de estudos de campo, entrevistas e análises comparativas com outros desastres socioambientais. Investigações que explorem a atuação do Estado, o papel do sistema judiciário e os mecanismos de controle social também podem contribuir significativamente para a compreensão mais abrangente e crítica dos processos de reparação e justiça em contextos de violação de direitos coletivos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. In: Educação e Emancipação. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1962.

_____. **Minima Moralia**: Reflexões a partir da vida danificada. São Paulo: Companhia das Letras, 1947.

_____. **O que significa elaborar o passado**. In: Minima Moralia: Reflexões sobre a Vida Danificada. Frankfurt: Suhrkamp, 1959.

_____. **Was bedeutet: Aufarbeitung der Vergangenheit?** Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1959.

_____. **Educação após Auschwitz**. In: ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995 [1966]. p. 119-138.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Fundação Renova; Samarco Mineração S.A.; Vale S.A.; BHP Billiton Brasil Ltda. **Condenadas em Ação Civil Pública por publicidade enganosa e desinformação**. Sentença de 22 jul. 2024, proferida pelo juiz federal Vinícius Cobucci, da 4ª Vara Federal Cível e Agrária de Belo Horizonte. Disponível em: https://guaicuy.org.br/wp-content/uploads/2024/08/Sentenca_Renova_propaganda.pdf. Acesso em: 06 de Ago. 2025.

BRASIL - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Nota Técnica sobre a atuação da Fundação Renova**. Brasília, 2021.

BULLARD, R. D. **Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality**. Boulder: Westview Press, 1990.

MAB - COLETIVO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO DO MAB. **Finados | Pelo menos 55 atingidos do Rio Doce já morreram esperando suas casas serem reconstruídas**. MAB, 2 nov. 2023. Disponível em: <https://mab.org.br/2023/11/02/finados-pelo-menos-55-atingidos-morreram-esperando-suas-casas/>. Acesso em: 06 de Ago. 2025.

FREITAS, C. C. **Governança e reparação em desastres ambientais no Brasil: O caso da barragem de Fundão**. Brasília: Ipea, 2018.

FREITAS, C. M. et al. Desastres ambientais e saúde: o caso do rompimento da barragem de Fundão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. 3345-3354, 2018.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

_____. **Memória e sociedade**: Ensaios de teoria crítica. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOIA, D. A, SCHULTZ, M., & CORLEY, KG (2000). Identidade organizacional, imagem e instabilidade adaptativa. *The Academy of Management Review*, 25 (1), 63–81. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/259263>. Acesso em: 25 de Mai. 2024.

HEDBERG, B. **How organizations learn and unlearn**. In: Handbook of Organizational Design, v. 1, p. 3-27, 1981.

LACTEC. **Relatório técnico sobre a qualidade da água do Rio Doce**. Curitiba: Instituto Lactec, 2018.

LOWY, M. **A Imaginação Sociológica e o Fim da História**. São Paulo: Editora 34, 2001.

NEGRISOLI, Lucas. Tragédia Em Mariana - Órgãos de Justiça ajuízam ação contra Fundação Renova por publicidade enganosa. Ação Civil Pública ajuizada em 12 de maio de 2021 contra a Fundação Renova, Samarco, Vale e BHP Billiton, por publicidade enganosa e abusiva. **O Tempo**, 12 maio 2021 (divulgação do conteúdo da petição). Disponível em: https://www.otempo.com.br/cidades/orgaos-de-justica-ajuizam-acao-contra-fundacao-renova-por-publicidade-enganosa-1.2484374?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 06 de Ago. 2025.

QUADROS, Letícia Severina de. **O rompimento da Barragem do Fundão**: Percepção socioambiental e análise da vulnerabilidade social da população de Bento Rodrigues-Mariana-MG-Brasil. 2019. Dissertação de Mestrado apresentado a Universidade Estadual Paulista (Unesp). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/d2137821-944c-4ccc-b90a-4cbee040018f>. Acesso em: 06de Ago. 2025.

RAMBOLL. **Relatório técnico sobre a qualidade da água do Rio Doce**. 2019. Disponível em: <https://auditoria-riodoce.ramboll.com>. Acesso em: 12 Mar. 2025.

RIBEIRO, J. C.; SILVA, T. L.; OLIVEIRA, R. M. Desigualdade e justiça no contexto pós-desastre: o caso da barragem de Fundão. *Journal of Environmental Justice Studies*, v. 12, n. 2, p. 112-130, 2021. Disponível em: <https://digitalcommons.law.uw.edu/wjsej/>. Acesso em: 10 de Mai. 2025.

SANTOS, Paula Aparecida da Silva; MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiane. A política do tempo no desastre: disputas pela reparação no reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo. 2020. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Volume: 22, Número: 3, Páginas: 556–574. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/4zBJKjPHvcvjDRwYnDsNMHD>. Acesso em: 06 de Mai. 2024.

SARAIVA, C. Memória e Transformação Organizacional: Uma Perspectiva Crítica. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 20, n. 4, p. 567-586, 2016. Disponível em: <https://sumarios.org/revista/rac-revista-de-administra%C3%A7%C3%A3o-contempor%C3%A2nea>. Acesso em: 10 de Mai. 2025.

SCHLOSBERG, D. **Defining Environmental Justice**: Theories, Movements, and Nature. Oxford: Oxford University Press, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Estudo sobre as consequências do rompimento da barragem de Fundão para as comunidades locais**. 2019. Disponível em:

<www.ufmg.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

VEJA. Brumadinho: Fiocruz encontra metais pesados em amostras de 100% das crianças avaliadas. **Revista Veja**, 2020. Disponível em: https://veja.abril.com.br/saude/brumadinho-fiocruz-encontra-metais-pesados-em-amostras-de-100-das-criancas-avaliadas#google_vignette Acesso em: 10 out. 2023.